

**SERVIÇO FLORESTAL  
BRASILEIRO**

**PLANO ANUAL  
DE APLICAÇÃO  
REGIONALIZADA**

**PAAR – 2018**

**FNDF**  
FUNDO NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

## Introdução

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), criado pela Lei nº 11.284/2006 e regulamentado pelo Decreto nº 7.167, de 5 de maio de 2010, constitui-se como um fundo público de natureza contábil, cuja finalidade é fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor florestal.

O FNDF é gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e conta com um Conselho Consultivo, composto por entes governamentais e da sociedade civil, com a função de opinar sobre a distribuição dos seus recursos e a avaliação de sua aplicação.

O objetivo deste Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR) é comunicar à sociedade as estratégias de apoio a projetos pelo FNDF para o ano de 2018, apresentando suas prioridades de atuação e orientando quanto às possibilidades de acesso, bem como disponibilizando elementos para o controle social quanto a sua implementação.

Anualmente, no PAAR do FNDF, conforme determina o artigo 5º do Decreto nº 7.167/2010, devem constar as seguintes informações:

1. Carteira de projetos em execução, o volume de recursos já contratado e a estimativa de recursos disponíveis para aplicação;
2. Indicação de áreas, temas e regiões prioritários para aplicação dos recursos no período de vigência; e
3. Indicação das modalidades de seleção, formas de aplicação e respectivos volumes dos recursos disponíveis.

Ressalta-se que o Plano Anual de Aplicação Regionalizada busca complementar as políticas e planos governamentais correlacionados aos temas prioritários, dentre os quais cabe destacar:

- a) **Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003 e Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004** – Sistema Nacional de Sementes e Mudas, que objetiva garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional;

- b) **Lei nº 11.284/2006** – Lei de Gestão de Florestas Públicas e seus regulamentos;
- c) **Lei nº 11.326/2006** – Institui a Política Nacional de Agricultura Familiar;
- d) **Lei nº 12.187/2009** – Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- e) **Lei nº 12.188/2010** – Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER;
- f) **Lei nº 12.651/2012** – Código Florestal Brasileiro e seus regulamentos;
- g) **Lei nº 12.854/2013** – Determina que o Governo Federal incentive e fomenta, dentro dos programas e políticas públicas ambientais já existentes, ações de recuperação florestal e implantação de sistemas agroflorestais em áreas de assentamento rural ou em áreas degradadas que estejam em posse de agricultores familiares assentados, em especial, de comunidades quilombolas e indígenas;
- h) **Decreto nº 6.874/2009** – Institui o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar;
- i) **Decreto nº 7.775/2012** – Institui o Programa de Aquisição de Alimentos para incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- j) **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012** – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO – Destina-se a integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis;
- k) **Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017** – Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;
- l) **Decreto-Lei 79/1966 e Lei nº 11.775/2008** – PGPM-Bio – Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade que respectivamente instituiu normas para fixação de preços mínimos para produtos agropecuários e permitiu a modalidade de subvenção direta aos extrativistas de forma que os mesmos recebam um bônus caso efetuem a venda do seu produto por preço inferior ao preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal;
- m) **Portaria Interministerial nº 54 de 12 de novembro de 2013** – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO – Destina-se a implementar

programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, que contribuam para o desenvolvimento sustentável e possibilitem a melhoria de qualidade de vida da população, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais;

- n) **Portaria Interministerial nº 1, de 23 de maio de 2016** – Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO para o período 2016 – 2019;
- o) **Portaria Interministerial nº 1, de 21 de dezembro de 2015** – Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar – Destina-se a ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares às sementes e mudas de reconhecida qualidade e adaptadas ao território, fortalecendo sistemas agroalimentares de base agroecológica, por meio do apoio a programas e ações destinados a produção, melhoramento, resgate, conservação, multiplicação e distribuição desses materiais propagativos;
- p) **Portaria Interministerial nº 380 de 11 de dezembro de 2015** – Plano Nacional para o Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas – Planafe – Destina-se a promover a adequação e integração de políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida, a promoção dos direitos humanos e o fomento à produção sustentável aliada à conservação em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federal, Projetos de Assentamentos Ambientalmente Diferenciados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e áreas destinadas a ribeirinhos detentores do Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS de áreas da União com reconhecimento da Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
- q) **Portaria SFB nº 86 de 26 de julho de 2017** – Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF para 2018.

## 1. Carteira de Projetos

Desde sua regulamentação em 2010, o FNDF já apoiou 146 projetos, selecionados por meio de 19 chamadas públicas, 2 editais, sendo um como fundo executor e outros dois como fundo co-executor (estando um em vias de lançamento).

Ao longo de seus 7 anos de execução, o FNDF atuou em quatro biomas brasileiros – Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, fomentando ações voltadas a produção florestal sustentável e a regularização ambiental, incluindo: (a) a produção de sementes e mudas, (b) o manejo florestal comunitário e familiar por meio de oferta de assistência técnica, (c) a capacitação de agentes extensionistas e estudantes do ensino médio profissionalizante, (d) a assistência técnica para fortalecimento da gestão de empreendimentos comunitários para agregação de valor às cadeias de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, (e) a regularização ambiental com apoio ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), e (f) a recomposição da cobertura vegetal de áreas de preservação permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

Os principais públicos beneficiários dos chamamentos públicos foram agricultores familiares, comunidades tradicionais, técnicos da assistência técnica e extensão rural, pequenos proprietários rurais e povos e comunidade tradicionais com atuação na área florestal.

O quadro 1 apresenta a síntese dos chamamentos públicos de projetos em que o FNDF participou entre nos anos de 2010 e 2017.

Quadro 1: Chamamentos públicos lançados pelo FNDF de 2010 até 2017.

CHAMADA/ ANO	BIOMA	OBJETO	SITUAÇÃO EM 24/11/2017
1/2010	Mata Atlântica	Fortalecimento da produção de sementes de espécies florestais nativas para a restauração florestal da Mata Atlântica na região nordeste	Projetos encerrados
2/2010	Mata Atlântica	Fortalecimento da produção de mudas de espécies florestais nativas para a restauração florestal da Mata Atlântica na região nordeste	Projetos encerrados

3/2010	Caatinga	Fortalecimento do manejo florestal sustentável da Caatinga junto a Assentamentos no estado Piauí	Projetos encerrados
4/2010	Amazônia	Fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar nas Reservas Extrativistas da região norte	Projetos encerrados
1/2012	Caatinga	Assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar na Caatinga	Projetos encerrados
8/2012			Projetos encerrados
2/2012	Caatinga	Apoio à formação profissionalizante para o fortalecimento do manejo florestal de uso múltiplo da Caatinga	Projetos encerrados
3/2012	Caatinga	Capacitação de técnicos e extensionistas para o fortalecimento do manejo florestal de uso múltiplo da Caatinga	Projetos encerrados
4/2012	Caatinga	Assistência técnica para a promoção do uso sustentável de recursos florestais da Caatinga em polos industriais	Projetos encerrados
9/2012			
5/2012	Amazônia	Apoio à formação profissionalizante para o fortalecimento do manejo florestal na Amazônia	Projetos encerrados
6/2012	Amazônia	Capacitação de técnicos e extensionistas para o fortalecimento do manejo florestal na Amazônia	Projetos encerrados
7/2012	Amazônia	Capacitação e assistência técnica para o fortalecimento da gestão de negócios florestais na Amazônia	Projetos encerrados
1/2013	Amazônia	Capacitação e assessoria para o fortalecimento da gestão de empreendimentos florestais de base comunitária na Amazônia	Projetos selecionados e não contratados
2/2013	Amazônia	Assessoria para a comercialização de produtos florestais de Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável no Amazonas e Pará	Projetos encerrados
3/2013	Amazônia	Capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal na Amazônia	Projetos encerrados
4/2013	Cerrado	Assistência técnica para o fortalecimento de empreendimentos florestais de base comunitária no Cerrado	Projetos encerrados
5/2013	Caatinga - Piauí	Assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário e	Projetos encerrados

	Caatinga - Ceará	familiar na Caatinga	Projetos em execução
6/2013	Caatinga	Capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal na Caatinga	Projetos encerrados
Edital FNDF 01/2015	Caatinga Semiárido	Apoio às inscrições de imóveis rurais da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais no Cadastro Rural Ambiental na região do Semiárido <sup>1</sup>	Projetos em execução
Edital FNMA 01/2015	Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa	Recuperação de Áreas de Preservação Permanente para produção de Água	Projetos em execução e outros em fase de celebração de Convênios
Edital 2017/xx	Cerrado	Recomposição da vegetação nativa em áreas degradadas ou alteradas	Edital em vias de lançamento

O bioma mais atendido por projetos apoiados pelo FNDF é a Caatinga (com 71% dos projetos), seguidos pelo Amazônico com 14% de projetos, e os biomas Mata Atlântica e Cerrado com 12% e 3%, respectivamente. A distribuição por bioma dos 146 projetos apoiados pelo FNDF é apresentada na tabela 1.

Os projetos apoiados abrangem 14 estados brasileiros: Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Rondônia.

Adicionalmente, as figuras 2 a 6 ilustram a distribuição dos projetos apoiados pelo FNDF, além de mapas específico para os biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica.

<sup>1</sup> O bioma predominante na região do Semiárido Brasileiro é a Caatinga.

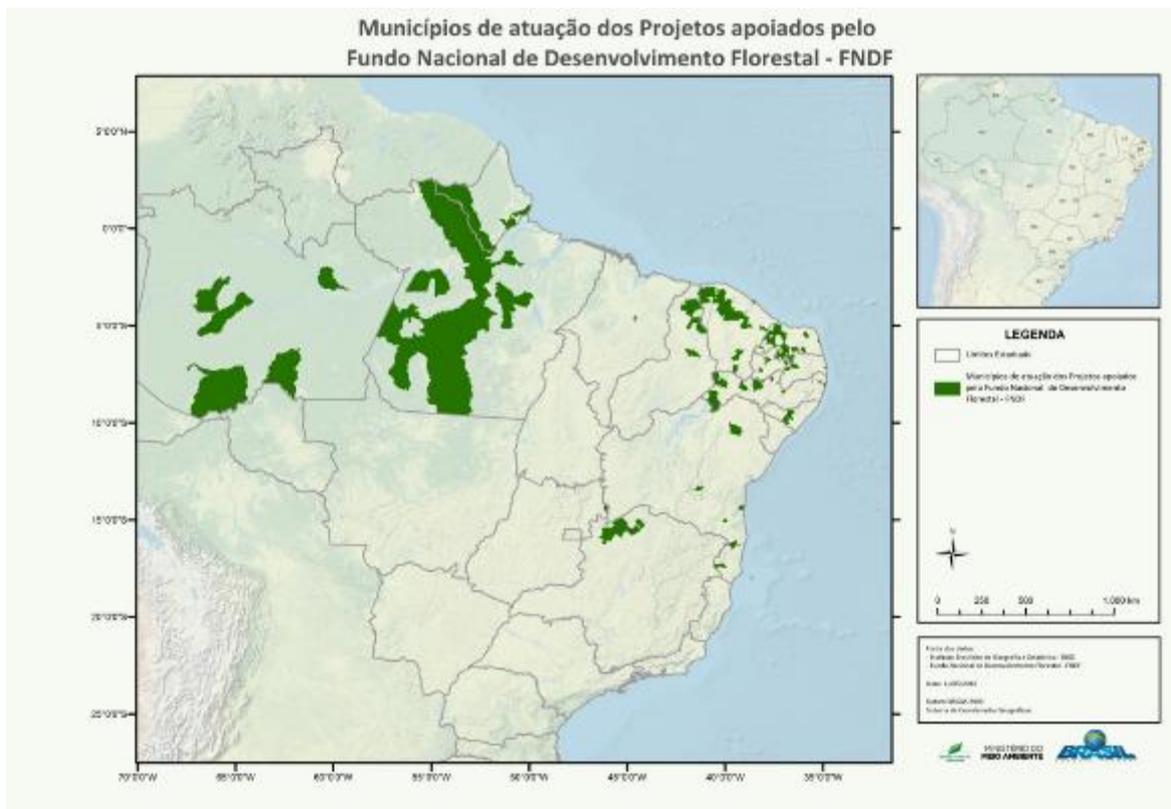


Figura 1: Localização dos municípios dos projetos apoiados pelo FNDP no território brasileiro.

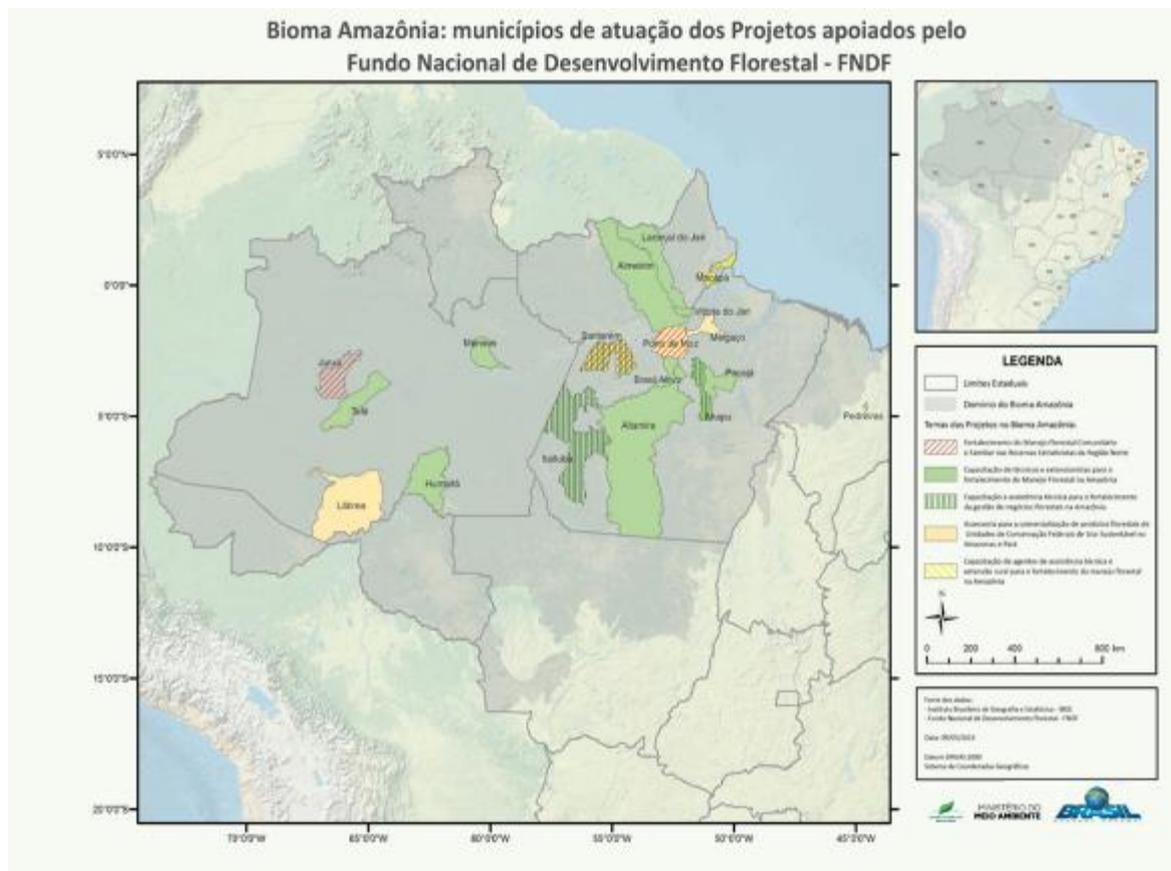


Figura 2: Localização dos municípios dos projetos apoiados pelo FNDP no bioma Amazônia.

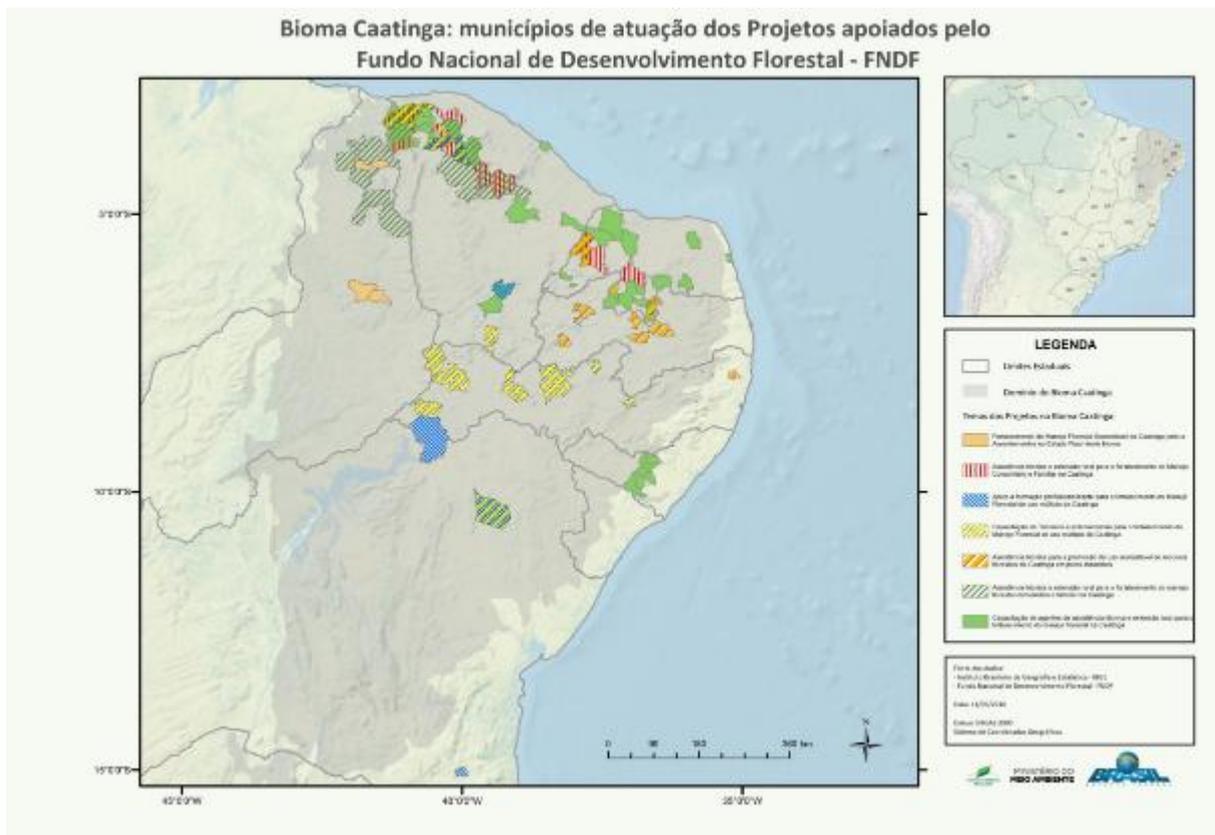


Figura 3: Localização dos municípios dos projetos apoiados pelo FNDF no bioma Caatinga.

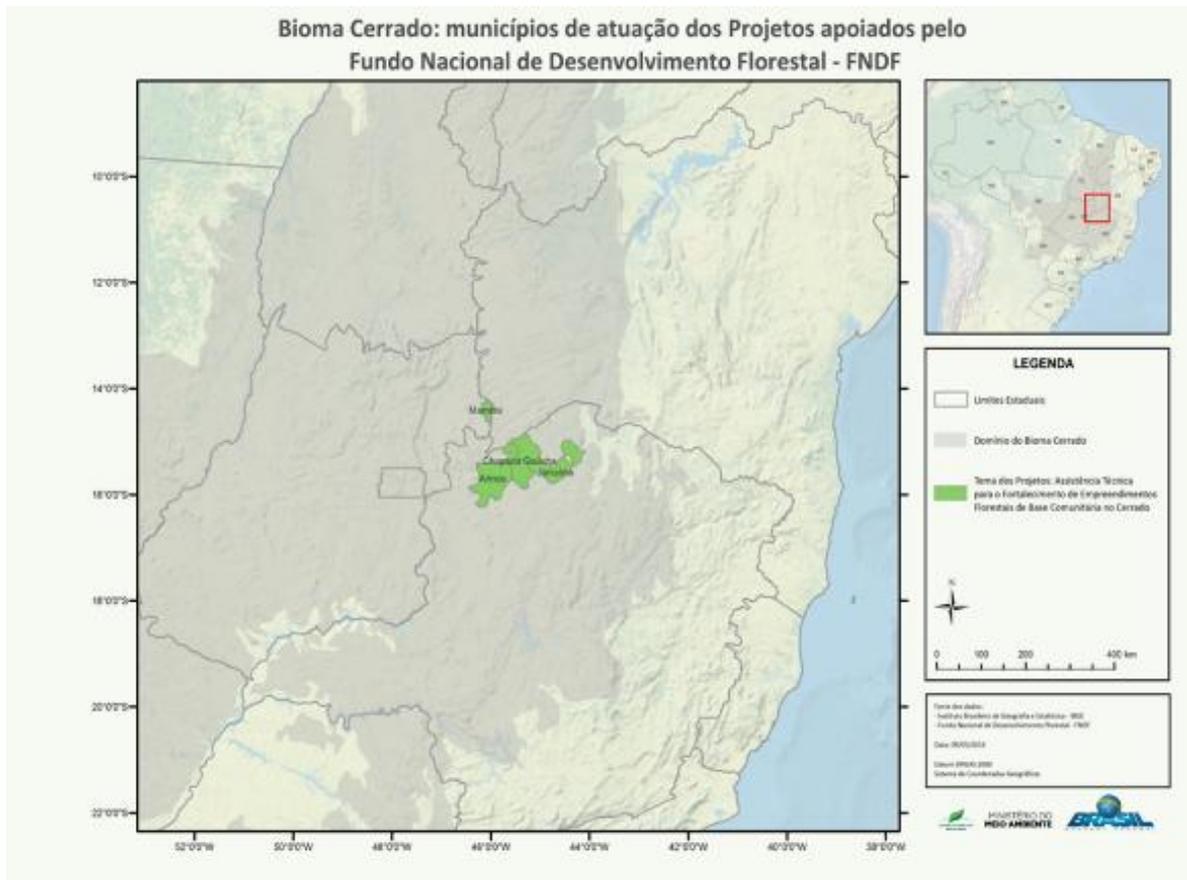


Figura 4: Localização dos municípios dos projetos apoiados pelo FNDF no bioma Cerrado.



Figura 5: Localização dos municípios dos projetos apoiados pelo FNDF no bioma Mata Atlântica.

A concentração em investimentos em projetos no bioma Caatinga (103 projetos, entre 2010 e 2017) decorre da captação de recursos junto ao Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima (FNMC/MMA), na linha de adaptação às mudanças climáticas, e o FSA/CEF, na linha de regularização ambiental. Além disto, o SFB conta na sua Unidade Regional/NE, localizada em Natal, com dez Analistas Ambientais que executam as atividades de mapeamento de demandas e monitoramento técnico dos contratos administrativos, dos acordos de cooperação financeiras e dos convênios vigentes.

Tabela 1: Distribuição dos projetos apoiados pelo FNDF, por bioma, em razão das chamadas públicas lançadas nos anos de 2010, 2012, 2013; editais publicados em 2015; e outros projetos executados, até 24 de novembro de 2017.

<b>BIOMA</b>	<b>Modalidade de Seleção</b>	<b>Número de Projetos Apoiados<sup>2</sup></b>	<b>%</b>
Amazônia	18 projetos advindos das Chamadas FNDF: 4/2010, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013; e 3 Projetos do LPF	21	14
Caatinga	97 projetos advindos das Chamadas FNDF: 3/2010, 1 e 8/2012, 2/2012, 3/2012, 4 e 9/2012, 5/2013, 6/2013; 5 projetos advindos do Edital FNDF 01/2015; e 1 projeto advindo do Edital FNMA 01/2015	103	71
Cerrado	5 projetos advindos das Chamadas FNDF: 4/2013	5	3
Mata Atlântica	16 projetos advindos das Chamadas FNDF: 1/2010, 2/2010; e 1 projeto advindo do Edital FNMA 01/2015	17	12
<b>TOTAL</b>	<b>146</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

A listagem completa dos projetos apoiados pelo FNDF, é apresentada nos Anexos de 1 a 3, conforme a modalidade de seleção. Dado que para os projetos selecionados via chamada pública, o SFB licita a contratação das instituições que executarão o apoio técnico previsto nas chamadas, alguns projetos/beneficiários não foram apoiados em sua totalidade em razão da rescisão de contratos administrativos devido a inaptidão da contratada no estado de execução do objeto contrato; não entrega de produtos; incompreensão parcial da complexidade dos produtos e incapacidade técnica da contratada para elaborar os produtos do contrato administrativo. A chamada

<sup>2</sup> Contabiliza-se como “projetos” resultantes das chamadas públicas do FNDF cada instituição beneficiária selecionada nas chamadas públicas, já para os editais são contabilizados como “projetos” cada instituição conveniada ou contratada para execução do projeto proposto. Cada vencedor do concurso do LPF também é considerado como um projeto.

pública nº 01/2013 não teve a efetivação do apoio técnico ofertado dada impossibilidade da contratação devido restrições de ordem orçamentária

A tabela 2 descreve os resultados obtidos com os projetos apoiados pelo FNDF, em relação à quantidade de pessoas e famílias beneficiadas, hectares sob manejo na Caatinga, projetos realizados pelo FNDF e o número de cadastros ambientais rurais inscritos no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR). Essa compilação refere-se aos 146 projetos apoiados pelo FNDF desde sua regulamentação em 2010, incluindo os chamamentos públicos e editais.

Tabela 2: Descrição dos dados compilados dos projetos apoiados do FNDF entre 2010 e 2017.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Pessoas beneficiadas atendidas pelos projetos de capacitações	1.693
Famílias beneficiadas atendidas com ATER, nos diferentes temas e biomas	4.982
Hectares sob manejo florestal comunitário e familiar (na Caatinga)	25.959
Número de cadastros ambientais rurais inscritos no SiCAR	56.394

## 2. Resultados Obtidos em 2017

Conforme estabelecido no PAAR – 2017, o FNDF teria como foco de suas ações nos seguintes temas prioritários: (a) “fomento à ampliação da cobertura vegetal nativa”, (b) “promoção do manejo florestal comunitário e familiar”, (c) “fomento à pesquisa e desenvolvimento florestal”, e (e) “apoio a outros temas”.

### 2.1. Fomento à ampliação da cobertura vegetal nativa

O FNDF está finalizando o acompanhamento e monitoramento das atividades relacionadas ao Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015 que promoveu ações relativas à regularização ambiental, com a realização de cadastros ambientais rurais em imóveis rurais com área de até quatro módulos fiscais ou de ocupação coletiva por povos e comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária. Em decorrência desse Edital, o SFB verifica a possibilidade de realização da segunda fase desse trabalho com

base na identificação e caracterização das áreas com passivos florestais declarados e com a necessidade de recuperação.

No Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015 foram habilitados 49 projetos, mas o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (FSA/CEF) firmou os Acordos de Cooperação Financeira (ACF) com cinco instituições, respeitando o montante de R\$ 10 milhões previstos para esse Edital (conforme citados no Anexo 3).

Ainda referente a ação de *fomento à ampliação da cobertura vegetal nativa*, o FNDF realizou a transferência anual de R\$ 1 milhão em decorrência do compromisso firmado com o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) no tocante do Edital FNMA/MMA nº 01/2015.

No Edital FNMA/MMA nº 01/2015 foram aprovados para serem conveniados 15 projetos. Os projetos conveniados com os municípios e estados de atuação estão listados no Anexo 2. Desses 15 projetos, duas instituições conveniadas serão financiadas com recursos do FNDF, o projeto da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), no estado da Bahia, bioma caatinga, e o projeto da Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da Terra Potiguar (FUNDEP), no estado do Rio Grande do Norte, bioma mata atlântica. Além disso, o FNDF disponibilizou até o momento 10 servidores (quatro servidores da UR NE, quatro servidores da UR Sul e duas servidoras da Sede) para fazer o acompanhamento técnico da execução de nove convênios, das seguintes proponentes Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da Terra Potiguar (FUNDEP), Instituto Brasileiro do Mar (IBRAMAR), Município de São José dos Campos, Fundação Biodiversitas para a Conservação da Diversidade Biológica, Itanhaem Prefeitura, Instituto Terra de Preservação Ambiental, Instituto Etnia Planetária e Associação dos Municípios do Vale do Itapocu.

## **2.2. Promoção do manejo florestal comunitário e familiar**

Neste tema o FNDF executou durante o ano de 2017, 2 contratos que apoiaram 31 projetos de Manejo Florestal Comunitária na Caatinga. Um destes contrato foi concluído no mês de julho, enquanto que o outro contrato está em fase de análise de

prorrogação e aditivção de valor, com vistas a oferecer mais 8 meses de assistência técnica as famílias beneficiárias de 20 projetos de Manejo Florestal Comunitário.

O contrato concluído teve como objetivos: elaborar 11 Planos de Manejo Florestal Sustentável, os respectivos Planos de Negócios; e oferecer serviços de assistência técnica e extensão rural com ênfase em atividades florestais para agricultores familiares de projetos de assentamento com potencial para o manejo florestal comunitário, visando à inserção dessas práticas nas políticas de desenvolvimento sustentável do bioma Caatinga.

Outra atividade realizada nesta linha de atuação foi a sistematização dos resultados das oficinas de trabalho, realizados nos Biomas Amazônia, Caatinga e Mata Atlântica, em parceria com os governos estaduais, para simplificação da regulamentação do manejo florestal comunitário realizadas no 2º semestre de 2016. A equipe técnica do FNDF, com base na análise dos relatórios das oficinas, construiu um documento síntese destas contribuições, com vistas a apresentar elementos para a construção de normas simplificadas; bem como sugestões de aprimoramento de políticas de fomento e assistência técnica para o Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

### **2.3. Fomento à pesquisa e desenvolvimento florestal**

O FNDF, desde 2015, apoia anualmente uma atividade específica do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do SFB, que é o apoio logístico do vencedor do Prêmio de Madeiras Alternativas, para visitar a Unidade Regional Purus-Madeira, no bioma Amazônia.

Esse é um apoio logístico à ação de promoção da diversidade de madeiras tropicais (amazônicas), ou seja, promovendo o uso de espécies florestais pouco conhecidas, contudo, com forte potencial de uso madeireiro. O LPF vem pesquisando novas madeiras amazônicas e da caatinga, além de materiais alternativas como bambu e compostos inovadores tais como plástico-madeira que permitem associação com a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) promovendo tanto o reaproveitamento de resíduos de serraria como a reciclagem do plástico.

O vencedor da categoria de Madeiras Alternativas do Prêmio de Madeiras Alternativas de 2017, recebeu apoio do FNDF como forma de premiação. O Prêmio Madeiras Alternativas é uma categoria especial do Prêmio Salão Design, realizado em São Paulo, considerado um dos principais eventos de design do país. Este prêmio é promovido pelo Sindicato das Indústrias de Móveis de Bento Gonçalves/RS (Sindmóveis), em parceria com LPF. O Prêmio é um importante canal de divulgação da importância do uso de novas madeiras para a viabilidade técnica e econômica do manejo sustentável na floresta amazônica.

O designer Alfio Lisi, vencedor do Prêmio de Madeiras Alternativas 2017, pela criação da peça batizada de “Família Pi” (figura 1), foi premiado com o custeio completo de uma visita técnica ao LPF, em Brasília, e uma viagem de campo para conhecer o manejo florestal sustentável praticado pela concessionária Amata, em área sob concessão florestal gerida pelo SFB, em Rondônia, incluindo a visita a Unidade Regional Purus-Madeira do SFB em Porto Velho. A madeira utilizada na confecção da peça vencedora foi a muiracatiara-rajada (*Astronium lecointei*). Essa ação fez parte da agenda prevista por parceria entre o LPF e FNDF no PAAR 2017, representando um projeto apoiado pelo FNDF, no bioma Amazônia.



Figura 6: Peça “Família Pi”, vencedor do Prêmio Madeiras Alternativas 2017, categoria Madeiras Alternativas.

### 3. Recursos Aplicados

O FNDF, desde sua regulamentação, em 2010, captou aproximadamente R\$ 30 milhões para a contratação direta de projetos florestais, oriundos de diferentes fontes orçamentárias, conforme apresentada na tabela 3.

Tabela 3: Montante dos recursos orçamentários captados pelo FNDF conforme fonte dos recursos.

<b>FONTE</b>	<b>TOTAL</b>
SFB – 100	<b>R\$ 4.888.539,00</b>
Concessões – 129	<b>R\$ 2.590.795,00</b>
Fundo Clima (FNMC) – 280	<b>R\$ 12.672.372,42</b>
Fundo Socioambiental CAIXA	<b>R\$ 10.000.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 30.151.706,42</b>

O FNDF executa os recursos financeiros por meio da execução de contratos administrativos, com recursos advindos do Orçamento da União destinados ao Fundo Clima (Ação 20G4, Fonte 280 – Recursos Próprios Financeiros) e do Serviço Florestal Brasileiro (Ação 20WA, Fonte 100 – Recursos Ordinários) e dos pagamentos dos preços das concessões florestais (Ação 20WA, Fonte 129 – Recursos de Concessões de Florestas Públicas).

Os recursos captados junto ao Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal têm sua execução financeira realizada diretamente por este agente financeiro, enquanto que cabe ao FNDF o acompanhamento e assessoramento técnico na execução dos projetos contratados.

A tabela 4 apresenta os recursos financeiros executados pelo FNDF de 2011 até 24 de outubro de 2017, conforme as fontes dos recursos e os biomas apoiados.

Tabela 4: Montante dos recursos financeiros executados pelo FNDF até 24 de novembro de 2017 referente ao pagamento de produto conforme fonte dos recursos e os biomas apoiados.

FONTE	BIOMA				TOTAL
	AMAZÔNIA	CAATINGA	CERRADO	MATA ATLÂNTICA	
SFB – 100	R\$ 1.459.426,46	R\$ 1.259.619,88	-	R\$ 482.217,97	R\$ 3.201.264,31
Concessões – 129	-	R\$ 11.000	-	-	R\$ 11.000,00
Fundo Clima – 280	R\$ 1.877.166,13	R\$ 6.362.874,63	R\$ 1.525.630,00	-	R\$ 9.765.670,76
Fundo Socioambiental FSA/CEF	-	R\$ 8.901.366,44	-	-	R\$ 8.901.366,44
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.336.592,59</b>	<b>R\$ 16.534.860,95</b>	<b>R\$ 1.525.630,00</b>	<b>R\$ 482.217,97</b>	<b>R\$ 21.879.301,51</b>
%	15,3	75,5	7	2,2	100

Observa-se que o Bioma Caatinga foi aquele que mais recebeu aportes financeiros do FNDF, durante os anos de 2010 e 2017, correspondendo a aproximadamente 75% dos valores totais executados pelo FNDF.

Para execução financeira dos projetos selecionados entre os anos de 2010 e 2015, até 24 de novembro de 2017, os valores dos contratos celebrados totalizam o montante de aproximadamente R\$ 22 milhões investidos por meio da atuação do FNDF. O Anexo 3 compila informações das instituições executoras contratadas, sua natureza jurídica; valor inicial dos contratos celebrados; valor do contrato após Termo Aditivo, quando for o caso; valor executado do contrato até 24 de novembro de 2017 e situação do contrato em 24 de novembro de 2017.

A captação de recursos orçamentários acontece anteriormente ao processo de licitação das instituições que realizarão as atividades descritas nos Termos de Referência. Dessa forma, o montante dos recursos orçamentários captados, de aproximadamente R\$

30 milhões, é baseado na estimativa de custos para os projetos a serem elaborados pelas instituições proponentes, que após o processo licitatório, são atualizados para os valores dos contratados assinados, de onde decorre a diferença percebida de aproximadamente R\$ 8 milhões entre o valor captado e o valor executado. Os motivos para ocorrência desta diferença são: a economicidade verificada após a realização do processo de licitação em consequência da modalidade licitatória adotada pelo SFB, que é o pregão eletrônico; ajustes nos desembolsos dos Termos de Cooperação firmados entre o SFB e o FNMC, em decorrência de termos aditivos de redução de valor dos contratos e dos contratos rescindidos; e não utilização integral do recurso disponibilizado pelo FSA/CEF para o Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015, pois a contratação da sexta instituição habilitada e classificada ultrapassaria o montante pactuado para esse edital. O valor da diferença resultante da otimização dos recursos, por efeito do processo licitatório, é replanejado para aplicação em outras chamadas e editais de apoio ao desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis.

Em 2018 continuará o apoio financeiro ao Edital FNMA/MMA nº 01/2015 – Apoio à recuperação de Áreas de Preservação Permanente para a produção de água, localizadas em bacias hidrográficas cujos mananciais de superfície contribuem direta ou indiretamente para o abastecimento de regiões metropolitanas com alta criticidade hídrica. As propostas receberão recursos financeiros, não reembolsáveis. Os biomas envolvidos são Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Amazônia. O FNDF será responsável pelo acompanhamento técnico da execução dos projetos, fazendo uso, dentre outros instrumentos, do CAR e pelo repasse total de R\$ 4 milhões, com R\$ 1 milhão/ano para execução de dois projetos. No ano de 2016 foi previsto o repasse orçamentário da primeira parcela, mas somente em 2017 houve a descentralização do crédito financeiro e nova previsão do repasse orçamentário.

#### **4. Parcerias construídas em 2017**

A primeira parceria construída em 2017 pelo FNDF foi com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA/DF), o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a Fundação Banco do Brasil (FBB) para construção do Edital Recupera Cerrado. O objetivo dessa parceria foi colaborar com a implementação do Programa Piloto de Recuperação da Vegetação Nativa do Cerrado do Distrito Federal. O FNDF colocou à disposição sua

equipe técnica para construção conjunta do Edital que está em vias de lançamento com a perspectiva inicial de R\$ 1.000.000,00 para apoio a projetos. Após o lançamento do Edital, o FNDF participará da Comissão Técnica de Seleção de Projetos, apoiando os trabalhos com sua expertise na condução de chamadas públicas, além de promover apoio técnico ao monitoramento dos projetos em execução.

A segunda parceria foi com o Fundo Amazônia e BNDES juntamente com o MMA e SFB. Pelo MMA estão envolvidas as áreas da Secretaria de Biodiversidade e da Secretaria de Mudança do Clima e Florestal. Pelo SFB a Diretoria de Cadastro e Fomento Florestal e o FNDF apoiaram tecnicamente a elaboração e construção do edital da Chamada Pública nº 02/2017 – Recuperação da Cobertura Vegetal. Essa Chamada Pública tem o objetivo financiar com os recursos de R\$ 200 milhões, até cinco projetos de recuperação da cobertura vegetal, contribuindo para a estruturação técnica e gerencial da cadeia produtiva do setor e para a regularização ambiental de propriedades rurais. O período de inscrição de projetos vai até o dia 8 de junho de 2018 e a divulgação final dos projetos selecionados está prevista para o dia 13 de outubro de 2018.

## **5. Participações em eventos para divulgação das ações do FNDF**

Em 2017, o FNDF participou da VII Conferência Mundial sobre Restauração Ecológica, V Congresso Iberoamericano y del Caribe de Restauración Ecológica, I Conferência Brasileira de Restauração Ecológica, em Foz do Iguaçu entre os dias 27 a 1º de setembro.

Neste evento o FNDF participou do seminário organizado pela GIZ intitulado “Institutional arrangements fostered by the Brazilian Forest Service (SFB) to support initiatives for restoration of rural degraded areas in Brazil” apresentando a palestra “National Fund for Forestry Development: operational model and partnership framework to foster forestry public calls”.

Para 2018, o FNDF vislumbra sua participação no evento “ Land and Poverty Conference 2018: Land Governance in an Interconnected World”, organizado pelo The World Bank, a ser realizado entre 19 a 23 de março de 2018 em Washington/EUA. Para tanto, o FNDF apresentou a proposta de resumo (Box 1), submetido para análise e aguardando aprovação para participação no referido evento.

Box 1: Proposta de resumo a ser apresentada no evento “Land and Poverty Conference 2018: Land Governance in an Interconnected World”.

O Edital FNDF CAR Semiárido surgiu do diálogo entre os parceiros do Ministério do Meio Ambiente, do Departamento de Fomento para o Desenvolvimento Sustentável, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e a Caixa Econômica Federal, banco estatal brasileiro, por meio de seu Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (FSA/CEF).

No momento da definição da territorialidade do Edital foi considerado que a região do semiárido brasileiro, devido às suas características – perfil fundiário de pequenos agricultores familiares, infraestrutura, região de concentração dos menores IDH do Brasil, maior concentração de pessoas em situação de extrema pobreza, baixa escolaridade entre outros – e ao baixo número de adesões ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), tornava-se, portanto, alvo prioritário de ações de fomento por parte do Poder Público, como a realização de campanhas que estimulem e realizem o cadastramento dos pequenos proprietários rurais no CAR. Além da vulnerabilidade alta quanto à escassez hídrica e processo de desertificação avançou em ritmo acelerado. A região Nordeste, na época da organização desse Edital, possuía um déficit de aproximadamente 80% da sua área cadastrável com carência de cadastro mais especificamente na região do semiárido. A região do semiárido era um grande vazio na base do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR).

O Edital resultou na contratação de cinco instituições privadas sem fins lucrativos com o objetivo de realização 56.394 cadastros, com o custo total de aproximadamente de U\$ 3,100.000, financiados pelo FSA/CEF.

Quarto das instituições selecionadas e contratadas para executar ações de assistência técnica para cadastramento no CAR em propriedades e posses rurais da agricultura familiar, incluindo assentamentos do crédito fundiário, perímetros

irrigados coletivos, contemplando, em média a realização de 11.509 cadastros por cada contratada. Uma instituição foi contratada exclusivamente para assistir tecnicamente povos e comunidades tradicionais para o cadastramento dos territórios no CAR, abrangendo a realização de 10.359 famílias, em 83 quilombos, considerando as características desse público.

As contratadas realizaram as atividades de cadastramento em 4 estados brasileiros (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) com municípios contemplados na região do semiárido.

Cada contratada, com suas experiências prévias, propôs a dinâmica de realização das atividades de execução dos cadastros e das mobilizações com as comunidades que julgavam mais apropriadas, respeitando os vínculos que possuíam com as comunidades locais com vistas à maior adesão do público beneficiário. Um dos casos de destaque é a contratada CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) que utilizou sua rede de federações e sindicatos para conseguir adesões e participações dos pequenos proprietários rurais. Essa aproximação entre as contratadas e os beneficiários diretos proporcionou maior interação pelo vínculo de confiança com as contratadas por serem instituições locais.

A decisão do FNDF por selecionar instituições locais sem fins lucrativos para a realização dos projetos foi uma alternativa bastante favorável às condições de sustentabilidade da ação, considerando que após a internalização do conhecimento sobre o Código Florestal Brasileiro e sobre o Cadastro Ambiental Rural, o apoio à este público se tornará permanente para as atividades de acompanhamento e retificações do CAR, localmente, quando necessárias.

Esse Edital possibilitou a inovação em métodos e tecnologias para a realização da inscrição no CAR muito bem-sucedidas.

Dentre as quais destacamos a experiência da FUNETEC (Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba) em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), durante a realização dos cadastros pela contratada. Essa parceria possibilitou a construção de um aplicativo para dispositivos móveis que facilitou a elaboração dos cadastros no campo, pela contratada.

A contratada ECOOTERRA (Cooperativa de Profissionais Especializados Em Serviços Para Agricultura Familiar) aprimorou as metodologias de inscrição no CAR para povos e comunidades tradicionais, o que inclusive resultou em um documentário institucional elaborado durante as atividades de campo da contratada com os

beneficiários de povos e comunidades tradicionais – quilombolas. Documentário realizado em parceria com a Cooperação Técnica Alemã (GIZ).

Diante dos resultados positivos obtidos em campo e com as informações na base do SiCAR, o SFB decidiu dar continuidade deste trabalho. Nesta segunda fase será realizada a caracterização geral do território cadastrado na primeira fase, com objetivo de promover a recomposição da cobertura vegetal nas áreas a serem alteradas, aliadas à práticas que buscam garantir a segurança alimentar por meio do sistema agroflorestal (SAF). Para tanto, o FNDF está em fase de captação de recursos para lançamento de edital para financiamento de projetos de recuperação florestal.

## 6. Atuação do FNDF em 2018

### 6.1. Estimativa de recursos disponíveis

Para o exercício de 2018 está prevista a realização de gastos financeiros com atividades relativa a execução e monitoramento do contrato administrativo em vias de aditivação (cerca de R\$ 270 mil), a execução do Termo Aditivo ao Termo de Cooperação nº 03/2013 (aproximadamente R\$ 1,4 milhão), a continuidade do apoio ao Edital FNMA/MMA nº 01/2015 (R\$ 1 milhão) e a realização do acompanhamento em campo dos projetos apoiados pelo FNDF e parceiros. A origem e fonte dos recursos orçamentários disponíveis para execução direta para 2018, são apresentados na tabela 5. Portanto, para o exercício 2018, o FNDF dispõe aproximadamente R\$ 3 milhões para aplicar em ações com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento florestal no Brasil.

Tabela 5: Fontes de recursos orçamentários do FNDF para 2018.

ORIGEM DO RECURSO	FONTE	VALOR	APLICAÇÃO DO RECURSO
Orçamento Geral da União – Ação 20WA – Desenvolvimento florestal sustentável e manejo florestal (SFB)	100 – Recursos Ordinários	R\$ 200.000,00	Monitoramento dos projetos apoiados pelo FNDF e publicação do Guia de Financiamento 2018
Orçamento Geral da União – Ação 20WA – Desenvolvimento florestal sustentável e manejo florestal (SFB)	129 – Recursos de Concessões de Florestas Públicas	R\$ 1.350.000,00	Edital FNMA/MMA nº 01/2015
Orçamento Geral da União - Ação 20G4 – Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à	280 – Recursos Próprios Financeiros	R\$ 1.440.000,00	Lançamento de novas chamadas de projetos no âmbito do Termo de Cooperação com o FNMC

mitigação e à adaptação à mudança do clima (FNMC)			
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.990.000,00</b>	

Adicionalmente, outras fontes de recursos, conforme estabelece o parágrafo quarto do artigo 41 da Lei nº 11.284/2006, poderão ser captadas para ampliar os quantitativos a serem executados pelo FNDF para o ano de 2018.

## **6.2. Temas prioritários**

Considerando as áreas prioritárias de atuação do FNDF, conforme traz o parágrafo primeiro do artigo 41 da Lei nº 11.284/06, o FNDF focará, em 2018, suas ações na “recomposição da cobertura vegetal nativa”, “pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal” e “assistência técnica e extensão rural”.

As áreas prioritárias enunciadas serão apoiadas por meio de três temas: (i) Fomento à ampliação da cobertura vegetal nativa, promovendo a regularização ambiental nos moldes previstos pelo Código Florestal Brasileiro com enfoque aos agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais; (ii) Fomento à pesquisa e desenvolvimento florestal de madeiras e materiais alternativos por meio de apoio às pesquisas do LPF/SFB; e (iii) Manejo Florestal Comunitário.

Uma ação transversal que envolve os temas que o FNDF trabalhará em 2018, é a atualização e publicação do Guia de Financiamento Florestal 2018.

### **6.2.1. Fomento à ampliação da cobertura vegetal nativa**

O fomento à ampliação da cobertura vegetal nativa para 2018 leva em consideração a intensa demanda por recuperação dos passivos ambientais mapeados por efeito da execução do Cadastro Ambiental Rural – CAR e as informações, pelos produtores rurais declaradas.

A ampliação da cobertura vegetal nativa será executada também pelo Edital FNMA/MMA nº 01/2015 de Apoio à recuperação de Áreas de Preservação Permanente para a produção de água.

O FNDF para 2018 concentrará esforços em atividades relativas à regularização ambiental promovendo em regiões estratégicas o CAR de imóveis rurais com área de até quatro módulos fiscais ou de territórios de povos e comunidades tradicionais. Em decorrência da identificação e caracterização das áreas com passivos florestais declarados e com a patente necessidade de recuperação, estão planejadas ações sinérgicas e estruturantes para viabilizar a segunda fase do Edital FNDF nº 01/2015 de realização de CAR na região do semiárido brasileiro. Nesta segunda fase pretende-se realizar a caracterização geral do território cadastrado na primeira fase, com objetivo de promover a recomposição da cobertura vegetal nas áreas a serem alteradas, aliadas à práticas que buscam garantir a segurança alimentar por meio do sistema agroflorestal (SAF). Para tanto, o FNDF está em fase de captação de recursos para lançamento de edital para financiamento de projetos de recuperação florestal.

O fomento à ampliação da cobertura vegetal nativa também será apoiado por meio dos projetos a serem financiados no âmbito do Edital Recupera Cerrado, em vias de lançamento, com apoio a projetos voltados para a recomposição da vegetação nativa em áreas degradadas ou alteradas visando à regularização ambiental de imóveis rurais em bacias hidrográficas no Distrito Federal.

Outra atividade importante neste tema, no qual o FNDF participará é a seleção dos projetos da Chamada Pública nº 02/2017 – Recuperação da Cobertura Vegetal, lançado pelo BNDES pelo Fundo Amazônia.

Além disto, está em construção um edital de apoio a projetos no âmbito do Programa Plantadores de Rios, que inclui para além do fomento a recomposição de área de preservação permanente hídrica, nas bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba, a definição de uma estratégia de captação de recursos e o monitoramento dos resultados do Programa.

### **6.2.2. Fomento à pesquisa e desenvolvimento florestal**

O apoio à pesquisa e inovação de produtos florestais se dará por meio da promoção da diversidade de madeiras tropicais (amazônicas), ou seja, promover o uso de espécies florestais pouco conhecidas, contudo, com forte potencial de uso madeireiro, em continuidade às ações iniciadas em 2015. O LPF vem pesquisando novas madeiras amazônicas e da caatinga, além de materiais alternativos como bambu e compostos inovadores tais como plástico-madeira que permitem associação com a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) promovendo tanto o reaproveitamento de resíduos de serraria como a reciclagem do plástico. Essa iniciativa será apoiada logisticamente e financeiramente pelo FNDF em 2018.

### **6.2.3. Manejo Florestal Comunitário**

Neste tema será continuado a oferta de assistência técnica para a execução de 20 Planos de Manejo Florestal Sustentável, no bioma Caatinga, por meio do aditamento ao Contrato Administrativo nº 04/2014 com a contratada FADURPE.

Além disto, encontra-se disponível o montante de R\$ 1,4 milhões para realização de novo chamamento de projeto, no âmbito das ações previstas na parceria firmada com o Fundo Clima (Termo de Cooperação nº 03/2013).

Adicionalmente às linhas de ação previstas para 2018, tem-se a possibilidade de estabelecer novas parcerias com aderência as atividades que o FNDF neste tema.

### **6.3. Regiões prioritárias**

A operação do FNDF para 2018 será ampla, abrangendo 4 biomas brasileiros conforme detalhado no quadro 2.

Quadro 2: Ações planejadas pelo do FNDF para 2018 considerando 4 biomas brasileiros.

<b>BIOMA</b>	<b>AÇÃO PLANEJADA</b>
Caatinga	Apoio ao Manejo Florestal Comunitário em Projetos de Assentamento (Chamada

	Pública nº 05/2013), e captação de recursos para apoio a projetos de regularização ambiental de imóveis rurais de até 4 módulos fiscais e áreas de ocupação coletiva por povos e populações tradicionais.
Amazônia	Apoio a projeto de recomposição da cobertura vegetal (por meio da parceria com BNDES/Fundo Amazônia na seleção de projetos da Chamada Pública nº 02/2017) e lançamento de chamada pública de projetos de manejo florestal comunitário no âmbito da parceria com Fundo Clima.
Cerrado	Apoio a projetos de recomposição da cobertura vegetal por meio do Edital Recupera Cerrado, em parceria com o governo do Distrito Federal.
Mata Atlântica	Apoio a projeto de recomposição de APP hídrica (Edital FNMA/MMA nº 01/2015)

Ademais, no caso do estabelecimento de novas parcerias, a exemplo do que ocorreu nos anos anteriores, o FNDF poderá ampliar suas ações de fomento.

## **7. Modalidades de seleção de projetos e forma de aplicação de recursos**

### **7.1. Modalidade de seleção**

O FNDF, desde sua regulamentação, vem atuando no sentido de selecionar grupos sociais (beneficiários) – e suas demandas – com atuação na área florestal. Para tal, tem recebido projetos de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, conforme estabelece a Lei nº 11.284/2006<sup>3</sup>. Estes projetos são apoiados por meio da contratação de instituições prestadoras de serviços cujo propósito é implementar um conjunto de projetos. Considerando as reflexões acerca da forma de operação do fundo, demonstradas no Relatório de 4 anos do FNDF<sup>4</sup>, percebeu-se que os fatores de sucesso da seleção de beneficiários estão relacionados às características dos temas e dos públicos apoiados. Logo, não deve ser utilizada para todas as operações do FNDF. Portanto, para 2018, o FNDF deve oportunizar outras formas de seleção e contratação de projetos conforme o tema.

<sup>3</sup> *Adicionalmente aos recursos previstos na alínea c do inciso II do caput e na alínea d do inciso II do § 1º, ambos do art. 39 desta Lei, constituem recursos do FNDF a reversão dos saldos anuais não aplicados, doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, e outras fontes de recursos que lhe forem especificamente destinadas, inclusive orçamentos compartilhados com outros entes da Federação.*

<sup>4</sup> Parágrafo 7º do artigo 41: Os recursos do FNDF somente poderão ser destinados a projetos de órgãos e entidades públicas, ou de entidades privadas sem fins lucrativos.

Destaca-se que todo processo de seleção de projetos será precedido de ampla divulgação, para tal, serão utilizados os sítios eletrônicos do Serviço Florestal Brasileiro, Ministério do Meio Ambiente, dentre outros sítios na internet, divulgação junto às instituições parceiras, redes de instituições e atores sociais com atuação na área socioambiental e afins. Caso necessário, para o exercício de 2018, serão realizadas oficinas para apresentação e divulgação dos processos de seleção de projetos. Os locais escolhidos serão aqueles com maior potencial de aglutinação de instituições proponentes.

## **7.2. Formas de aplicação dos recursos**

A depender das características do público e dos temas apoiados, o FNDF poderá aplicar seus recursos das seguintes formas:

- (i) contratação direta de serviços para implementação de projetos selecionados (formas previstas na Lei nº 8.666/93);
- (ii) seleção e apoio a projetos apresentados por instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos (convênios e congêneres);
- (iii) estabelecimento de cooperação com outra instituição federal para implementação de projetos selecionados (termos de execução descentralizada);
- (iv) repasse dos recursos do FNDF à um fundo parceiro (termos de execução descentralizada ou destaque orçamentário, no caso de fundos vinculados ao MMA);
- (v) apoio a projetos selecionados via Organismo Internacional; e
- (vi) apoio via projeto de Cooperação Internacional.

## **7.3. Divulgação de resultados**

Os resultados decorrentes do desenvolvimento das atividades do FNDF, em consequência deste PAAR, serão submetidos ao Conselho Consultivo do FNDF, bem como dada sua publicidade na página do SFB na Internet ([www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br)) e no Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, em conformidade ao disposto no § 6º do art. 41 da Lei nº 11.284/2006.

## **8. Ouvidoria**

Para críticas, informações e sugestões quanto ao acompanhamento dos projetos e da execução do Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR) por parte do FNDF, o Serviço Florestal Brasileiro disponibiliza sua Ouvidoria, que pode ser acessada a partir dos seguintes canais:

Sítio do Serviço Florestal Brasileiro na Internet: <http://www.florestal.gov.br>

Correio eletrônico da ouvidoria do SFB: [ouvidoria@florestal.gov.br](mailto:ouvidoria@florestal.gov.br)

Telefone: (61) 2028-7120

Correspondência: Caixa Postal 4349 – CEP 70904-970, Brasília, DF

Atendimento em Brasília: SCEN, Av. L4 Norte, Trecho 2, Lote 4, Bloco H.

(Recomenda-se o agendamento da visita por telefone ou mensagem de correio eletrônico).

## **9. Contato FNDF**

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF

Correio eletrônico: [fndf@florestal.gov.br](mailto:fndf@florestal.gov.br)

Telefone: (61) 2028-7240 – Fax: (61) 2028-7237

Correspondência: Caixa Postal 4349 – CEP 70904-970, Brasília, DF.

## Anexo 1

Projetos apoiados pelas Chamadas Públicas do FNDF.

PROJETOS/BENEFICIÁRIOS	MUNICÍPIOS	ESTADOS	CHAMADA/ANO
Asso. de Produtores Orgânicos da APA Itacaré/Serra Grande (EMBAÚBA)	Itacaré	BA	1/2010
Viveiro Campos	João Pessoa	PB	1/2010
Asso. de Pequenos Produtores da Agrovila Panorama	Madeiros Neto	BA	1/2010
Asso. Grupo Bicho do Mato (ABM)	Ibicoara	BA	1/2010
Fundação Pró-Tamar	Fernando de Noronha	PE	2/2010
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	João Pessoa	PB	2/2010
Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste	Recife	PE	2/2010
IBAMA – Eunápolis	Eunápolis	BA	2/2010
Asso. de Desenvolvimento Comunitário da Fazenda Arizona I	Lagoa do Sítio	PI	3/2010
Asso. de Desenvolvimento Comunitário da Serra do Marfim (PA Arizona II)	Lagoa do Sítio	PI	3/2010
Asso. de Desenvolvimento Comunitário de Canaã	Lagoa do Sítio	PI	3/2010
Asso. Comunitária de Serra do Batista	Valença do Piauí	PI	3/2010

Asso. de Desenvolvimento Comunitário de Gado Bravo	Brasileira	PI	3/2010
Asso. Comuni. Rio Arimum	Porto de Moz	PA	4/2010
Asso. Comuni. Rio Juçara	Porto de Moz	PA	4/2010
Asso. dos Trabalhadores Rurais de Juruá	Juruá	AM	4/2010
Asso. Agroextrativista Cabeceira do Amorim	Santarém	PA	4/2010
Asso. Comunitária Limãotuba	Santarém	PA	4/2010
Asso. de Moradores da Comunidade Suruacá	Santarém	PA	4/2010
Asso. dos Pequenos Agricultores do Sítio Bentos	Florânia	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Livramento I	Florânia	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Livramento II	Florânia	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Pequenos Agricultores do Sítio Saco Grande II	Jucurutu	RN	1 e 8/2012
<b>PROJETOS/BENEFICIÁRIOS</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ESTADOS</b>	<b>CHAMADA/ANO</b>
Asso. dos Pequenos Agricultores do Sítio Pau d'Arco	Florânia	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Santa Adélia	Florânia	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Maria Preta	Florânia	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Trabalhadores Rurais Amigos do Riacho dos Bois	Florânia	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Pequenos Agricultores do Sítio Capim Açú	Florânia	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Pequenos Agricultores do Sítio Barrocas	Florânia	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Sítio Pau de Leite I	Janduís	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Produtores e Produtoras Rurais da Fazenda Santa Clara	Caraúbas	RN	1 e 8/2012
Asso. Comunitária do Sítio São José	Caraúbas	RN	1 e 8/2012
Asso. do Projeto de Assentamento Santa Agostinha	Caraúbas	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Posseiros do Projeto de Assentamento Moaci Lucena	Apodi	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Pequenos Agricultores do Sítio Barrocas	Florânia	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Sítio Pau de Leite I	Janduís	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Produtores e Produtoras Rurais da Fazenda Santa Clara	Caraúbas	RN	1 e 8/2012

Asso. Comunitária do Sítio São José	Caraúbas	RN	1 e 8/2012
Asso. do Projeto de Assentamento Santa Agostinha	Caraúbas	RN	1 e 8/2012
Asso. dos Posseiros do Projeto de Assentamento Moaci Lucena	Apodi	RN	1 e 8/2012
Asso. do Assentamento Atrás dos Morros	Granja	CE	1 e 8/2012
Assentamento Altinho Primeiro de Janeiro	Morrinho	CE	1 e 8/2012
Asso. Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Pocinhos	Forquilha	CE	1 e 8/2012
Asso. Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento de Buri	Marco	CE	1 e 8/2012
Asso. dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento São José	Tianguá	CE	1 e 8/2012
Asso. dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais do Assentamento Casinhas	Sobral	CE	1 e 8/2012
Associação do Assentamento da Fazenda Frazão	Canindé	CE	1 e 8/2012
<b>PROJETOS/BENEFICIÁRIOS</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ESTADOS</b>	<b>CHAMADA/ANO</b>
Associação dos Trabalhadores Assentados de Armadores	Canindé	CE	1 e 8/2012
Associação dos Assentados da Fazenda Frios	Canindé	CE	1 e 8/2012
Associação dos Assentados do Assentamento São José III	Sobral	CE	1 e 8/2012
Associação Agropecuária do Assentamento Conquista do Morgado	Massapê	CE	1 e 8/2012
Asso. Regional da Escola Família Agrícola do Sertão	Monte Santo	BA	2/2012
Centro Territorial de Educação Profissional de Itapetinga	Itororó	BA	2/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Sertão Pernambucano – Campus Zona Rural	Petrolina	PE	2/2012
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Iguatu	Iguatu	CE	2/2012
Instituto de educação, Pesquisa, Ciência e Cultura – IEDUCARE	Sobral	CE	2/2012
Asso. Regional da Escola Família Agrícola do Sertão	Monte Santo	BA	3/2012
Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas	Afogados da Ingazeira	PE	3/2012
	Araripina	PE	3/2012
	Arcoverde	PE	3/2012
	Crato	CE	3/2012

	Dormentes	PE	3/2012
	Ouricuri	PE	3/2012
	Salgueiro	PE	3/2012
	Serra Talhada	PE	3/2012
	Triunfo	PE	3/2012
Centro de Capacitação e Assessoria Técnica	Sobral	CE	3/2012
	Granja	CE	3/2012
Instituto de Integração e Desenvolvimento Ambiental e Social	Massapê	CE	3/2012
	Território da Cidadania de Sobral	CE	3/2012
Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe	Araripina	PE	3/2012
Cerâmica Açogue Velho Ltda	Paudalho	PE	4 e 9/2012
<b>PROJETOS/BENEFICIÁRIOS</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ESTADOS</b>	<b>CHAMADA/ANO</b>
Josivan Araújo Dantas	Carnaúba dos Dantas	RN	4 e 9/2012
Francisco Dantas Bezerra / Cerâmica-ME	Carnaúba dos Dantas	RN	4 e 9/2012
Cerâmica Rio Piranhas Ltda ME	Jardim de Piranhas	RN	4 e 9/2012
Cerâmica Tavares Ltda	Parelhas	RN	4 e 9/2012
Francildo Francisco da Silva (INT)	Parelhas	RN	4 e 9/2012
Cerâmica T. M. Ind. E Comércio Ltda	Apodi	RN	4 e 9/2012
Cerâmica Marrecas	Apodi	RN	4 e 9/2012
Cerâmica Santa Clara	Pombal	PB	4 e 9/2012
Cerâmica Vitória Ltda	Juazeirinho	PB	4 e 9/2012
Cerâmica Nossa Senhora do Desterro Ltda	Taperoá	PB	4 e 9/2012
Cerâmica Soledade Ltda	Soledade	PB	4 e 9/2012
Cerâmica Quipauá	Santa Luzia	PB	4 e 9/2012
Cerâmica São Francisco	Santa Luzia	PB	4 e 9/2012
Cerâmica São Jorge	Santa Luzia	PB	4 e 9/2012
Cerâmica Paulino	Juazeirinho	PB	4 e 9/2012
Cerâmica Itaporanga	Itaporanga	PB	4 e 9/2012
Cerâmica da Barra	Juazeirinho	PB	4 e 9/2012
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e	Humaitá	AM	6/2012

Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM	Manaus	AM	6/2012
	Tefé	AM	6/2012
Fundação Orsa – Unidade Jari	Almeirim	PA	6/2012
	Vitória do Jari	PA	6/2012
	Laranjal do Jari	PA	6/2012
Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – INDESAM	Pacajá	PA	6/2012
	Anapu	PA	6/2012
	Altamira	PA	6/2012
	Brasil Novo	PA	6/2012
Cooperativa Mista Flona Tapajós Verde (COOMFLONA)	Santarém	PA	7/2012
Asso. Comunitária de Penedo e Região do Alto Tapajós (ACOPERATA)	Itaituba	PA	7/2012
Asso. Virola Jatobá (AVJ)	Anapu	PA	7/2012
<b>PROJETOS/BENEFICIÁRIOS</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ESTADOS</b>	<b>CHAMADA/ANO</b>
Asso. Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum – ACDSRA	Porto de Moz	PA	2/2013
Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará – ACOSPER	Santarém	PA	2/2013
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Flona de Caxiuanã (ATAC)	Melgaço	PA	2/2013
Asso. de Produtores da Agroextrativista da Assembleia de Deus do Rio Ituxi – APADRIT	Lábrea	AM	2/2013
Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão – ASSEMA	Pedreiras	MA	3/2013
Instituto Estadual de Florestas do Amapá – IEF/AP	Macapá	AP	3/2013
Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária Ltda – COPABASE	Arinos	MG	4/2013
Associação de Agricultores do Assentamento Atoleiro	Mambaí	GO	4/2013
Instituto Pauliene Reichstul de Educação Tecnológica, Direitos Humanos Assist. Técnica e Defesa e Defesa do Meio Ambiente – IPR e COOPAE	Januária	MG	4/2013
Asso. Amigos de Areião e Adjacências	Januária	MG	4/2013
Cooperativa Regional de Produtores Agrosilviextrativista Sertão Veredas	Chapada Gaúcha	MG	4/2013
Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Todos os Santos Borracha – AAFATS	Sigefredo Pacheco	PI	5/2013

Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Baixa	Sigefredo Pacheco	PI	5/2013
Associação dos Agricultores e agricultoras do Assentamento Estreito	Piripiri	PI	5/2013
Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Antônia Flor – AAFAAF	Piripiri	PI	5/2013
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Residência	Piripiri	PI	5/2013
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Frecheira/Porco	Batalha	PI	5/2013
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Congo	Brasileira	PI	5/2013
Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Cacimão II	Buriti dos Montes	PI	5/2013
<b>PROJETOS/BENEFICIÁRIOS</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ESTADOS</b>	<b>CHAMADA/ANO</b>
Associação de Desenvolvimento Rural Lagoa do Mato	Milton Brandão	PI	5/2013
Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Lagoa – AAFAL	São José do Divino	PI	5/2013
Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Morada Nova	Buriti dos Montes	PI	5/2013
Associação dos Trabalhadores Rurais da Localidade Mundo Novo	São João da Fronteira	PI	5/2013
Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Sabiá	Piripiri	PI	5/2013
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Saco da Tarde	Piracuruca	PI	5/2013
Associação dos Pequenos Agricultores da Fazenda Ipueirinha	Santana do Acaraú	CE	5/2013
Associação Comunitária do Assentamento Boa Esperança	Granja	CE	5/2013
Associação Comunitária dos Assentados da Fazenda Bonsucesso – ASCOMSJ	Sobral	CE	5/2013

Associação do Assentamento Olho D'agua da Esperança	Irauçuba	CE	5/2013
Associação dos Assentados do Assentamento Guarany / Bom Lugar	Canindé	CE	5/2013
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Fazenda Jerimum	Canindé	CE	5/2013
Associação Comunitária Coração de Jesus do Assentamento Morrinhos	Santa Quitéria	CE	5/2013
Associação Comunitária do Assentamento da Passagem das Pedras	Viçosa do Ceará	CE	5/2013
Associação de Desenvolvimento Comunitário de Ibuassu Velho	Granja	CE	5/2013
Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento de Vila Ipiranga	Canindé	CE	5/2013
<b>PROJETOS/BENEFICIÁRIOS</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ESTADOS</b>	<b>CHAMADA/ANO</b>
Associação dos Assentados de Rocilândia	Canindé	CE	5/2013
Associação Comunitária Dos Trabalhadores da Fazenda Caipira	Itatira	CE	5/2013
Associação Comunitária Dos Assentados do Assentamento de Barra	Itapiúna	CE	5/2013
Associação dos Assentados de Boa Vista Novo Alvorecer	Itapiúna	CE	5/2013
Associação dos Assentados e assentadas de Reforma Agrária do Assentamento Conceição	Canindé	CE	5/2013
Associação dos Assentados do assentamento Primeiro de Maio	Canindé	CE	5/2013
Associação Comunitária dos Assentados do Pajeu	Santana do Acaraú	CE	5/2013
Associação Comunitária Do Assentamento Poço da Pedra	Canindé	CE	5/2013
Associação Comunitária dos Assentados Puxa II	Viçosa do Ceará	CE	5/2013
Associação dos Assentados de Umarizeiras	Itatira	CE	5/2013
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – EMATER/RN	Parelhas	RN	6/2013
	Carnaúbas dos Dantas	RN	6/2013
	Jardim do Seridó	RN	6/2013

	Serra Negra do Norte	RN	6/2013
	Timbaúba dos Batistas	RN	6/2013
	Jardim de Piranhas	RN	6/2013
	Caicó	RN	6/2013
	Currais Novos	RN	6/2013
	Cruzeta	RN	6/2013
	Equador	RN	6/2013
	Apodi	RN	6/2013
	Mossoró	RN	6/2013
	Governador Dix-Sept Rosado	RN	6/2013
	Assu	RN	6/2013
	Pau dos Ferros	RN	6/2013
<b>PROJETOS/BENEFICIÁRIOS</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ESTADOS</b>	<b>CHAMADA/ANO</b>
	Pilões	RN	6/2013
	João Câmara	RN	6/2013
	Santa Cruz	RN	6/2013
	Natal	RN	6/2013
Cooperativa Cearense de Prestação de Serviços e Assistência Técnica LTDA – COCEPAT	Fortaleza	CE	6/2013
	Quixadá	CE	6/2013
	Limoeiro do Norte	CE	6/2013
	Iguatu	CE	6/2013
	Sobral	CE	6/2013
Movimento Minha Terra	Craíbas	AL	6/2013
	Estrela de Alagoas	AL	6/2013
	Girau do Ponciano	AL	6/2013
	Igaci	AL	6/2013
	Olho D'Água Grande	AL	6/2013
	Palmeiras dos Índios	AL	6/2013
	Arapiraca	AL	6/2013
	Traipu	AL	6/2013
Fundação Centro de Ecologia e Integração Social – Fundação CIS	Coreaú	CE	6/2013
	Freicheirinha	CE	6/2013

	Moraújo	CE	6/2013
	Uruoca	CE	6/2013
	Chaval	CE	6/2013
	Granja	CE	6/2013
	Martinópolis	CE	6/2013
	Irauçuba	CE	6/2013
	Santana do Acaraú	CE	6/2013
	Tianguá	CE	6/2013
	Viçosa do Ceará	CE	6/2013
	Alcântaras	CE	6/2013
	Sobral	CE	6/2013

## Anexo 2

Projetos aprovados para serem conveniados pelo FNMA, com relação ao Edital FNMA/MMA nº 01/2015.

PROPONENTE	CONVÊNIO	MUNICÍPIOS	ESTADOS
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SHIS	838551/2016 – FNMA	Araçás	BA
		Catu	BA
		Feira de Santana	BA
		Lençóis	BA
		Morro do Chapéu	BA
		Palmeiras	BA
		Santo Amaro	BA
Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da Terra Potiguar – FUNDEP	842845/2017 – FNMA	Arês	RN
		Ceará-Mirim	RN
		Extremoz	RN
		Goianinha	RN
		Ielmo Marinho	RN
		Macaíba	RN
		Maxaranguape	RN
		Monte Alegre	RN
		Natal	RN
		Nísia Floresta	RN
		Parnamirim	RN
		São Gonçalo do Amarante	RN
		São José de Mipibu	RN
		Vera Cruz	RN
Instituto Brasileiro do Mar – IBRAMAR	834931/2016 – FNMA	Domingos Martins	ES
Município de São José dos Campos	826793/2016 – FNMA	São José dos Campos	SP
Fundação Biodiversitas para a Conservação da Diversidade Biológica	839453/2016 – FNMA	Brumadinho	MG
		Itatiaiuçu	MG
		Rio Manso	MG
Prefeitura Itanhaém	843477/2017 – FNMA	Itanhaém	SP
Instituto Terra de Preservação Ambiental	843479/2017 – FNMA	Miguel Pereira	RJ
Agência Ambiental PICK-UPAU	843251/2017 – FNMA	Atibaia	SP
		Bragança Paulista	SP
		Caieiras	SP
		Camanducaia	SP
		Embu-Guaçu	SP
		Extrema	SP
		Franco da Rocha	SP
		Guarulhos	SP
		Itapeceira da Serra	SP

PROponente	Convênio	Municípios	Estados
		Itapeva	SP
		Juquitiba	SP
		Mairiporã	SP
		Nazaré Paulista	SP
		São Lourenço da Serra	SP
		São Paulo	SP
		Sapucaí Mirim	SP
		Vargem	SP
Associação Ambientalista Copaiba	Ainda não conveniado	Amparo	SP
		Holambra	SP
		Monte Alegre do Sul	SP
		Pedra Bela	SP
		Socorro	SP
		Toledo	SP
Prefeitura Municipal de Limeira	827265/2016 – FNMA	Limeira	SP
Instituto Etnia Planetária	843478/2017 – FNMA	Glorinha	RS
		Gravataí	RS
		Santo Antônio da Patrulha	RS
		Viamão	RS
Associação dos Municípios do Vale do Itapocu	838368/2016 – FNMA	Barra Velha	SC
		Corupá	SC
		Guaramirim	SC
		Jaraguá do Sul	SC
		Massaranduba	SC
		São Bento do Sul	SC
		São João do Itaperiú	SC
		Schroeder	SC
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A	FSA/CEF	Amélia Rodrigues	BA
		Camaçari	BA
		Candeias	BA
		Conceição do Jacuípe	BA
		Dias D'Ávila	BA
		Mata de São João	BA
		São Francisco do Conde	BA
		São Sebastião do Passé	BA
		Simões Filho	BA
		Terra Nova	BA
Saneamento de Goiás S/A	FSA/CEF	Brazabrantés	GO
		Damolândia	GO
		Inhumas	GO
		Itauçu	GO

PROPONENTE	CONVÊNIO	MUNICÍPIOS	ESTADOS
		Goiânia	GO
		Goianira	GO
		Nerópolis	GO
		Nova Veneza	GO
		Ouro Verde de Goiás	GO
		Santo Antônio de Goiás	GO
		Taquaral de Goiás	GO
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG	FSA/CEF	Bonfim	MG
		Crucilândia	MG

### Anexo 3

Instituições executoras contratadas pelo FNDF, com a natureza jurídica; valor inicial do contrato assinado; valor do contrato após Termo Aditivo; valor executado do contrato até 24 de novembro de 2017 e a situação do contrato em 24 de novembro de 2017.

CHAMADA/ANO	INSTITUIÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	VALOR INICIAL DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO APÓS TERMO ADITIVO	VALOR EXECUTADO DO CONTRATO, ATÉ 24/11/2017	SITUAÇÃO DO CONTRATO, EM 24/11/2017
1/2010	Engeplus Ambiental Ltda.	Privada	R\$ 119.998,00	R\$ 105.658,24	R\$ 76.377,84	Rescindido
	GERAR – Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional	Privada sem fins lucrativos	R\$ 119.000,00	R\$ 109.480,00	R\$ 71.400,00	Rescindido
2/2010	Guiga & Nogueira Ltda.	Privada	R\$ 263.500,00	R\$ 245.055,00	R\$ 245.055,00	Concluído
	Abril Tour Viagens e Turismo Ltda.	Privada	R\$ 97.157,75	R\$ 89.385,13	R\$ 89.385,13	Concluído
3/2010	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE	Privada sem fins lucrativos	R\$ 234.000,00	R\$ 259.619,88	R\$ 259.619,88	Concluído
4/2010	Flora Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda. – Verde Para Sempre	Privada	R\$ 110.000,00	R\$ 88.000,00	R\$ 87.670,00	Concluído
	Flora Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda. – Baixo Juruá	Privada	R\$ 254.000,00	R\$ 241.300,00	R\$ 237.236,00	Concluído
	Ecodimensão Meio Ambiente e Responsabilidade Social Ltda	Privada	R\$ 298.000,00	-	R\$ 47.680,00	Rescindido
1 e 8/2012	Aritano Medeiros de Araújo	Privada	R\$ 918.899,00	R\$ 735.636,63	R\$ 735.636,63	Concluído
	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE	Privada sem fins lucrativos	R\$ 844.900,00	R\$ 865.146,90	R\$ 816.679,70	Concluído

CHAMADA/ANO	INSTITUIÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	VALOR INICIAL DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO APÓS TERMO ADITIVO	VALOR EXECUTADO DO CONTRATO, ATÉ 24/11/2017	SITUAÇÃO DO CONTRATO, EM 24/11/2017
2/2012	Engeplus Ambiental Ltda.	Privada	R\$ 1.007.500,00	-	R\$ 579.796,73	Concluído
3/2012	Guiga & Nogueira Ltda.	Privada	R\$ 942.148,00	-	R\$ 773.426,59	Concluído
4 e 9/2012	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.995.000,00	-	R\$ 1.995.000,00	Concluído
5/2012	Ecodimensão Meio Ambiente e Responsabilidade Social Ltda.	Privada sem fins lucrativos	R\$ 698.000,00	-	-	Rescindido
6/2012	Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA	Privada sem fins lucrativos	R\$ 851.160,00	-	R\$ 851.160,00	Concluído
7/2012	Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA	Privada sem fins lucrativos	R\$ 550.000,00	-	R\$ 226.864,33	Rescindido
2/2013	Tramitty Serviços Ltda.	Privada com fins lucrativos	R\$ 1.527.672,12	-	R\$ 1.527.672,11	Concluído
3/2013	Roncoletta e Proença Consultoria em Negócios Sustentáveis	Privada com fins lucrativos	R\$ 349.493,50	-	R\$ 349.494,02	Concluído
4/2013	Fundação Pró Natureza – FUNATURA	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.309.800,00	R\$ 1.525.630,00	R\$ 1.525.630,00	Concluído
5/2013	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE	Privada sem fins lucrativos	R\$ 890.150,00	-	R\$ 89.015,00	Rescindido
			R\$ 1.094.800,00	-	R\$ 985.320,00	Em execução
6/2013	Nordeste Reflore	Privada com fins lucrativos	R\$ 388.000,00	-	R\$ 388.000,00	Concluído
1/2015	Organização de apoio aos agricultores e criadores do sertão e semiárido de alagoas – OACSAL	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.975.650,00	-	R\$ 1.877.663,24	Em execução
1/2015	Fundação de educação tecnológica	Privada sem fins	R\$ 1.701.012,80	-	R\$ 1.701.012,80	Concluído

CHAMADA/ANO	INSTITUIÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	VALOR INICIAL DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO APÓS TERMO ADITIVO	VALOR EXECUTADO DO CONTRATO, ATÉ 24/11/2017	SITUAÇÃO DO CONTRATO, EM 24/11/2017
	e cultural da Paraíba – FUNETEC	lucrativos				
1/2015	Instituto potiguar de desenvolvimento de comunidade – IDEC	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.712.992,05	-	R\$ 1.712.992,05	Concluído
1/2015	Confederação nacional dos trabalhadores na agricultura – CONTAG	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.898.349,09	-	R\$ 1.782.475,10	Em execução
1/2015	Cooperativa de profissionais especializados em serviços para agricultura familiar – ECOTERRA	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.999.245,24	-	R\$ 1.827.223,25	Em execução
Convênio 838551/2016	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SHIS	-	R\$ 2.863.654,34	-	R\$ 1.000.000,00	Em execução
Convênio 842845/2017	Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da Terra Potiguar – FUNDEP	-	R\$ 2.341.497,64	-	-	Em execução
	Apoio aos projetos do LPF	-	-	-	R\$ 8.816,13	Em execução
	Atividades custeadas pela Fonte 129 em 2016	-	-	-	R\$ 11.000	Concluído
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 29.355.579,53</b>	<b>R\$ 29.349.236,56</b>	<b>R\$ 21.868.301,51</b>	



MINISTÉRIO DO  
**MEIO AMBIENTE**

